

Modos de desenvolvimento na América Latina e no Leste Asiático¹

Latin America's and East Asia's modes of development

• Sedi HIRANO² • Luis ESTENSSORO³

RESUMO

Este artigo procura aprofundar a reflexão em torno dos *modos de desenvolvimento capitalista* existentes no Leste Asiático e a América Latina. Sustentamos aqui que a estrutura de poder mundial funda-se em *modos de desenvolvimento* diferenciados nas diversas regiões do planeta, que se reportam a diversos padrões de acumulação e inserção internacional das economias nacionais, empiricamente verificáveis em cada região geo-econômica. Partimos do pressuposto de que o *modo de desenvolvimento anglo-americano* produz, estruturalmente, mais pobreza e desigualdade social do que o *modo de desenvolvimento japonês-asiático*. Este regime de acumulação diferenciado permitiu ao conjunto de países capitaneados pelo *Estado desenvolvimentista* da Ásia construir um *sistema de oportunidades sociais e econômicas* que torna estas nações estruturalmente mais igualitárias, pois apresentam menores níveis de desigualdade social e pobreza.

Palavras-chave: modos de desenvolvimento; América Latina; Leste Asiático.

ABSTRACT

This article intends to deepen our knowledge about the capitalist modes of development present in East Asia and Latin America. We argue that the world power structure is based in different modes of development that exist in the diverse regions of the planet, which report themselves to different capital accumulation patterns and several enrollment ways of the national economies in the international economy. These patterns can be empirically verified in each geo-economic region. We admit that the British American mode of development produces, structurally, more poverty and more social inequality than the Japanese-Asian mode of development. This Asian countries' particular regime of accumulation allows the nations under the Asia's development state to offer an economic and social opportunity system that makes them structurally more equalitarian, with less social inequality and less poverty.

Keywords: *modes of development; Latin America; East Asia.*

Introdução

Este artigo procura aprofundar a reflexão em torno dos *modos de desenvolvimento capitalista* existentes nas diferentes regiões

do globo, nomeadamente o Leste Asiático e a América Latina, tema já abordado em trabalho anterior (Hirano e Estenssoro, 2004). Trata-se de modalidades de desenvolvimento econômico-social que acontecem nas diversas

♦♦♦♦♦

¹ Artigo apresentado no Simpósio Internacional "Inserção Internacional e Exclusão Social no Brasil Contemporâneo", realizado durante o 52º Congresso Internacional de Americanistas (<http://www.52ica.com>). Sevilha, Espanha, 17 a 21 de julho de 2006.

² Professor Doutor de Sociologia (FFLCH-USP) e Pró-Reitor de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (USP).

³ Administrador Público (EAESP-FGV) e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

regiões do planeta e que reúnem tipos semelhantes de *formações sociais* em cada região.

Sustentamos que a estrutura de poder mundial funda-se em *modos de desenvolvimento* diferenciados nas diversas regiões do planeta, que se reportam a *padrões de acumulação e inserção internacional* das economias nacionais, e que podem ser empiricamente verificados em cada região como sendo estruturalmente diferentes dos existentes nas outras regiões. Assim, podemos ter diversos *modelos de crescimento econômico nacionais*, isto é, modelos de política econômica e de políticas públicas, dentro de um conjunto de economias de uma região que têm, por sua vez, um *padrão de acumulação* diferenciado em relação a outras economias regionais existentes dentro do mesmo *modo de produção capitalista* hoje hegemônico.

Partimos do pressuposto de que o *modo de desenvolvimento anglo-americano* produz estruturalmente mais pobreza e desigualdade do que o *modo de desenvolvimento japonês-asiático*. Compreendemos a América Latina como inserida no *modo de desenvolvimento capitalista anglo-americano*, pois o *desenvolvimento capitalista dependente latino-americano* está contido na esfera de influência inglesa e posteriormente norte-americana.

Johnson denomina o *modo de desenvolvimento japonês-asiático* de padrão “Meiji-Bismarckiano” (Johnson, 1995), onde o mercado é metodicamente orientado aos interesses sociais por um *Estado desenvolvimentista*. Desta forma, o mercado é utilizado para alcançar objetivos coletivos. Constitui-se então um capitalismo regulado, onde o Estado tem uma presença forte como planejador econômico. Trata-se de um “capitalismo social” ou de uma “economia mista” (Tsuru, 1994), enquanto padrão de acumulação tecnológica-

mente sofisticado, no qual o mercado é regulado em conformidade com as aspirações dos grupos sociais que compõe a sociedade. De fato, nota-se uma ênfase no grupo e não no indivíduo, o que privilegia os laços de solidariedade comunitária dentro das fábricas, onde tomou forma o *toyotismo*, isto é, o relacionamento dentro de uma estrutura de poder descentralizada e com trabalho em equipe.

Amartya Sen afirma que o exemplo pioneiro de intensificação do desenvolvimento econômico “por meio da *oportunidade social* especificamente na área de educação básica, é obviamente o Japão”. Segundo ele, este país, às vezes se esquece, “apresentava taxas de alfabetização mais elevadas do que a Europa mesmo na época da restauração Meiji, nas últimas décadas do século XIX”. Sen entende que o desenvolvimento econômico do Japão foi impulsionado pela progressão dos recursos humanos relacionada com as *oportunidades sociais* que foram geradas. “O denominado milagre do Leste Asiático, envolvendo outros países desta região, baseou-se em grande medida, em relações causais semelhantes”. E entre esses países estão Coréia, China, Taiwan e Cingapura (Sen, 2000).

Nesse sentido, a construção de um *sistema de oportunidades sociais* potencializa o *desenvolvimento humano* através do processo de expansão da educação, dos serviços de saúde e de outras condições de vida humana. Para Sen, provavelmente o resultado mais importante alcançado pelas economias do Leste Asiático, começando pelo Japão, foi ter solapado totalmente o preconceito tácito de que a montagem do *sistema de oportunidades sociais* seja realmente “um tipo de luxo que apenas os países ricos podem se dar”.

As economias do Leste Asiático buscaram “comparativamente mais cedo à expansão em massa da educação e mais tarde, também dos serviços de saúde, e o fizeram, em muitos casos, antes de romper os grilhões da pobreza generalizada. E colheram o que semearam” (Sen, 2000: 58). Nestes países, e particularmente na Coreia e no Japão, houve crescimento econômico com distribuição de renda relativamente igualitária, o que “tem sido amplamente – e acertadamente – reconhecido” (Sen, 2000: 218). Há, no *modo japonês-asiático de desenvolvimento capitalista*, inquestionavelmente, um sistema planejado de ampliação das *oportunidades sociais* e, portanto, de alargamento da *cidadania*.

No *modo de desenvolvimento anglo-americano*, ao contrário, o mercado é primordial, tornando-se o espaço predominante das atividades econômicas, além de ser formalmente autônomo em relação às esferas social, política e cultural. Neste *modo de desenvolvimento*, que inclui o *regime de acumulação dependente latino-americano*, o Estado se distancia formalmente do mercado, cabendo-lhe apenas a planificação das políticas públicas. Não há no *modo de desenvolvimento capitalista anglo-americano*, aparentemente, uma espécie de “nacionalismo empresarial” como encontrado no *capitalismo desenvolvimentista de Estado japonês-asiático*, no qual se valoriza muito a empresa enquanto pátria e lar comunitário. Tal concepção, associada a uma produção de qualidade voltada para a exportação de manufaturados e com grande investimento em pesquisa e inovação tecnológica, torna-se altamente competitiva no mercado internacional. Foi, como dissemos, este *modo de desenvolvimento asiático* o criador do *toyotismo*, que aparece para superar o *fordismo* do padrão anglo-americano de desenvolvimento (Antunes, 1999: 29-60).

Como veremos, os resultados sociais mais igualitários também se verificam nas economias do Leste Asiático.

Padrões de inserção e desenvolvimento: América Latina

Para Salama e Valier, os *padrões de inserção na economia mundial* das regiões periféricas (basicamente no caso latino-americano: economia primário-exportadora e industrialização por substituição de importações) foram os responsáveis pela distribuição de renda vertical que deu origem à dinamização do crescimento. Isto é, houve a instauração de um *regime de acumulação* que harmonizava o perfil da distribuição de renda com o da produção: “uma distribuição de renda que favorecia as classes médias, excluindo ainda mais os de renda menor; uma produção dinamizada pela expansão do setor de bens de consumo duráveis destinados principalmente a essas classes médias [...] e às camadas superiores, bem como pela demanda induzida dirigida ao setor de bens de capital” (Salama e Valier, 1997: 9-20). Ou seja, trata-se de um *regime de acumulação excludente*, onde a situação dos excluídos dos benefícios da acumulação agravou-se com a inflação, as crises econômicas e a expansão do domínio financeiro.

Mais ainda, conforme afirmam estes autores, na América Latina os sistemas de proteção social são, simultaneamente, *economicamente ineficientes* e *socialmente injustos*. Primeiro porque têm um grau de universalização muito fraco: muitas pessoas ficam de fora, principalmente os da economia informal. Segundo porque não são sistemas uniformes: os benefícios são extremamente diferenciados de acordo com o grupo social ou a região. Esta realidade faz com que o discurso antiestatal

do liberalismo, que se quer social, traduza-se em políticas sociais que têm as seguintes características: são orientadas aos “extremamente pobres”, são assistencialistas, privatizantes, descentralizadas, e com apelo à mobilização “solidária” da população. O resultado econômico é que, ao lado de uma *diminuição provisória do empobrecimento*, ocorre uma *consolidação e aprofundamento da desigualdade social*, e *nenhuma redução da pobreza absoluta* (Salama e Valier, 1997: 123-128).

Na verdade, a ineficácia do *sistema de oportunidades sociais*, na América Latina, deve-se em grande parte à *gestão neoliberal da crise econômica*, que gerou desemprego, exclusão social e mais desigualdade e pobreza. Para se ter uma idéia, o número de pobres saltou de 135,9 milhões, em 1980, para 224 milhões, em 2004, e o número de indigentes de 62,4 milhões para 98 milhões, no mesmo período. A isto se soma o nível da desigualdade nos países latino-americanos, que tem se mantido quase imutável ou até piorado ao longo dos anos: na virada do século, o índice de Gini era de 0,542 na Argentina, 0,640 no Brasil e 0,539 no México; para 0,501, 0,627 e 0,536, respectivamente, dez anos antes (CEPAL, 2004; BID, 1998).

Segundo Ianni, as sociedades latino-americanas são sociedades organizadas com base no *capitalismo dependente*, ou seja, as suas relações com os países centrais estão determinadas pelos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial. Depois do fracasso da hipótese do *capitalismo nacional* e da hipótese do *capitalismo associado*, as experiências latino-americanas confirmaram o modelo de *capitalismo dependente*, onde as perspectivas dos sistemas político-econômicos do capitalismo periférico estão determinadas pelo seu centro de irradiação, que são os EUA. Perce-

bemos que, neste sistema, é a própria reprodução ampliada do capital em escala mundial que exige a apropriação privada do produto do trabalho dos trabalhadores, pois, ao se internacionalizarem o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão social do trabalho, internacionalizam-se também as “relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica”, aí compreendidas as relações e contradições entre as classes sociais (Ianni, 1988: 200-201). Cria-se, então, uma contradição entre *sociedade nacional* e *economia dependente*, da qual o poder político não consegue libertar-se, daí a instabilidade dos sistemas políticos na América Latina.

Para Ianni, a análise da *dependência estrutural* torna-se profícua a partir da obra de Paul Baran, que possibilita a incorporação da abordagem da dependência à linha clássica de interpretação do imperialismo, o que significa que “a análise da dependência corresponde ao aprofundamento da análise do imperialismo, visto da perspectiva do subordinado”. Afinal, as relações imperialistas implicam na criação ou reformulação das relações internas nos países dependentes. Mais ainda, as determinações imperialistas podem provocar rearranjos institucionais na sociedade e no Estado dos países subdesenvolvidos. A proposta teórico-metodológica de Ianni é manter a linha clássica de análise do imperialismo, enquanto processo político-econômico, mas incorporando-lhe as análises do *colonialismo interno*, existente nas áreas metropolitanas, e da *dependência estrutural*, existente na periferia do capitalismo (Ianni, 1988: 26).

Neste sentido, Ianni combina os conceitos de *mais-valia* e de *excedente econômico* ao analisar as estruturas de dominação política e apropriação econômica do imperialismo norte-americano na América Latina. São relações “carregadas de ambigüidade, controvérsia e contradições”, nas quais as

classes dominantes (burguesia hegemônica e burguesia subalterna) disputam a apropriação do *excedente econômico*. Entretanto, quando se passa a considerar os interesses das classes assalariadas, a disputa ocorre “em torno da apropriação do lucro, ou *mais-valia*”. Assim, a *dependência estrutural* – conceito que corresponde à “modificação e mesmo reversão de perspectiva relativamente à abordagem clássica das relações do tipo imperialista” – diz respeito à exportação de *excedente econômico* efetivo e à exportação de *mais-valia* também (Ianni, 1988: 86).

Na verdade, a *dependência estrutural* atinge, além das estruturas de poder e estruturas de apropriação econômica, também as instituições e relações de comunicação, tecnológicas, educacionais, militares, culturais e religiosas. Ou seja, a influência é tal que o processo de desenvolvimento se vê condicionado nos seus principais aspectos. Neste contexto, “a *dependência estrutural* corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialista”. Ianni avança na análise e chega à conclusão que: 1) a *dependência estrutural* não se circunscreve ao âmbito econômico, mas pode ser notada também nas relações e instituições políticas; e que 2) a reformulação das relações e estruturas de dependência não é um problema econômico, mas um problema político. O poder político é o elemento essencial da *dependência estrutural*, pois esta surge nas relações econômicas externas, mas só se consolida e desenvolve quando adquire configuração política.

Florestan Fernandes analisa o atual padrão de dominação externa na América Latina como herdeiro do *sistema colonial*, do *neocolonialismo* e do *imperialismo* (padrões anteriores), porém, recentemente, fruto da expansão das grandes empresas corporativas,

representando a implantação do *capitalismo monopolista* na região. Trata-se, neste caso, de um *imperialismo total* que exerce o controle externo como no *sistema colonial*, mas com as condições do moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada e com a dominação externa compartilhada por diversas nações. Segundo Fernandes, o traço específico do *imperialismo total* consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. Característica que “prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços da burguesia, o subdesenvolvimento e suas conseqüências” (Fernandes, 1973).

Está então descartada a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional, e está também consolidado o quadro de dominação externa que transforma as nações em fontes de *excedente econômico* e acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Mesmo por que, na explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico de Florestan Fernandes, que se baseia no sistema de classes sociais e no modo como estas agem para fortalecer ou extinguir o regime social de produção econômica, o *capitalismo dependente latino-americano* implica relações de dominação que conjugam a dominação externa com a dominação interna. Isto é, a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos interno e externo. Se a *economia capitalista dependente* não consegue monopolizar a apropriação do seu *excedente econômico*, significa que os assalariados e os destituídos são submetidos a mecanismos de *sobre-apropriação* e *sobre-expropriação* capitalistas. Trata-se de um padrão de acumulação de capital cuja forma Fernandes designa como

“sobre-apropriação repartida do excedente econômico” (Limoeiro-Cardoso, 1997). Assim, a situação é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais, dinâmicos, externos e internos: “Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. *Dependência* e *subdesenvolvimento* são um bom negócio para os dois lados” (Fernandes, 1973: 26).

Desta forma, Fernandes nega a explicação do *subdesenvolvimento* enquanto *atraso* e a proposta decorrente: superação do *subdesenvolvimento* por meio da aceleração do crescimento econômico. Uma vez que Fernandes nega a possibilidade de superação dos desafios do desenvolvimento pelo capitalismo privado, uma alternativa para esta situação da América Latina seria em torno de um “novo tipo de capitalismo de Estado” ou então a “rebelião popular e radical de orientação socialista”. A *revolução* seria a alternativa histórica para o *capitalismo dependente*, da mesma forma que o *capitalismo de Estado* pode representar uma alternativa para o desenvolvimento da região.

Para Marini, houve uma tentativa da burguesia industrial de ensaiar um projeto de *capitalismo autônomo* na América Latina, com cooptação das massas urbanas, proposição de reforma agrária, enfim, um *projeto desenvolvimentista e populista de capitalismo nacional*. Porém, esta burguesia industrial não conseguiu pressionar a burguesia agro-mercantil (latifundiários), por um lado, e os grandes monopólios internacionais (empresas transnacionais, ETNs), por outro, e acabou desistindo de seus projetos. Desta forma, a burguesia agro-mercantil, atrelada ao comércio internacional e submetida ao *intercâmbio desigual*, juntamente com a burguesia industrial, detentora de mercados pequenos e ainda dividindo

lucros com o capital estrangeiro, põe em prática uma exploração ainda maior da força de trabalho urbana e rural, como mecanismo defensivo para garantir seus lucros. Trata-se da *superexploração do trabalho* (Marini, 1992).

Desta forma, a *superexploração do trabalho* afirma-se como o “princípio fundamental do sistema subdesenvolvido”. Além disso, esta se intensifica com a associação da burguesia local ao capital estrangeiro, o que resulta numa exploração da periferia pelo centro (isto é, o *desenvolvimento capitalista integrado assentado na superexploração do trabalho*) que inviabiliza os regimes liberais democráticos do pós-guerra e abre caminho para as ditaduras tecnocrático-militares dos anos 1960 e 1970 (Marini, 2000). A redemocratização, sob a batuta neoliberal, nos anos 1980 e 1990, continua e aprofunda ainda mais a *dependência* e a *vulnerabilidade* externas, devido à abertura dos mercados ao comércio internacional, à desregulamentação do mercado de trabalho, e às privatizações.

Para fazer frente a esta situação acima descrita podem ser consideradas duas hipóteses: *revolução* ou *capitalismo de Estado*, como bem indica Florestan Fernandes. Para haver uma *revolução* são necessárias condições objetivas que não parecem evidentes, hoje em dia, nos países latino-americanos, principalmente diante do refluxo político que o movimento socialista passa desde a queda do muro de Berlim e o fim da URSS. Há, sem dúvida, condições sociais para indignação, mas daí a acontecer uma *revolução política* é improvável. Resta, portanto, o caminho da *reforma social* para produzir as transformações necessárias, que poderão ou não levar a uma *revolução social* no sentido amplo, isto é, um desenvolvimento que altere a atual correlação de forças da estrutura de classes. Este caminho da *reforma social* na América

Latina passa, necessariamente, pelo Estado. Se os projetos de *capitalismo autônomo* e *capitalismo associado* faliram, ao *capitalismo dependente* ainda pode-se contrapor uma alternativa de um *capitalismo desenvolvimentista de Estado*, nos moldes de um *sistema de oportunidades sociais* que se cristalizou no Leste Asiático. Parece ser essa a via passível de ser ensaiada pelos atuais governos de centro-esquerda na América Latina.

Padrões de inserção e desenvolvimento: Leste Asiático

No Japão, com o fim da era Tokugawa, em 1868, tem início a restauração Meiji, que promoveu a centralização política nas mãos do Imperador e sua corte. O novo governo levou a cabo uma reforma social que enfraqueceu principalmente os *samurais*, ao extinguirem-se todos os seus privilégios. As terras dos senhores feudais também foram concentradas pelo Imperador em 1870, transformando-se em prefeituras. A educação foi reformulada de acordo com os modelos europeus e foi instituída a educação compulsória. O setor militar foi fortalecido com a modernização do exército e da marinha. Indústria e transportes receberam incentivos e investimentos. Reformou-se o sistema financeiro e instituiu-se o Banco do Japão. A primeira constituição ao estilo europeu data de 1889. Com as vitórias nas guerras Sino-Japonesa (1884-85) e Russo-Japonesa (1904-05), o Japão anexou territórios, inclusive toda a Coreia em 1910, atrelando-os, a partir de então, ao desenvolvimento econômico japonês. Em 1912 morre o Imperador Meiji e a era de reformas acaba, deixando como legado um Estado moderno e unificado, além do poderio militar mais forte da Ásia.

Na Primeira Grande Guerra, o Japão luta ao lado dos Aliados, respeitando os tratados

firmados com a Inglaterra. Mas com o terremoto de Tóquio, em 1923, e com a crise econômica de 1929, boa parte da população japonesa – que dobrara em menos de um século – enfrentou fome e miséria. Diante dessa situação, ganhou força o ultranacionalismo, que defendia a expansão territorial. Assim, o Japão, seguindo os passos das potências ocidentais, obriga a China a assinar tratados econômicos e políticos injustos e, em 1931, invade a Mandchúria. Em 1937 explode a Segunda Guerra Sino-Japonesa, que dura até 1945. Antes, em 1940, o Japão havia firmado pactos com os regimes fascistas da Alemanha e da Itália, além de invadir o Vietnã. Em 1941 atacou os EUA no Havaí (Pearl Harbour), fazendo com que esta potência entrasse na Segunda Guerra Mundial. Depois de perder gradualmente todos os territórios conquistados (a totalidade do Sudeste Asiático e o Pacífico, que constituía a “Esfera de Co-Prosperidade Asiática”), o Japão capitula sob o poder das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki. Permaneceu então ocupado pelos Aliados por sete anos seguidos após sua rendição incondicional.

Durante o governo de transição, sob a égide norte-americana, foram os *zaibatsu* – *holdings* industriais e financeiras, que cresceram com as guerras japonesas – os principais beneficiários da transferência, estimada em 10 bilhões de dólares em ativos, promovida para incentivar os negócios e retribuir o apoio ao regime (Vadney, 1992: 77). Mais ainda, graças ao instinto de autopreservação da elite japonesa, que controlava os *zaibatsu*, estes preferiram cooperar com o inimigo para não sofrer represálias. Como corolário, as forças de ocupação, representadas pelo General McArthur, proclamaram uma nova constituição, entre outras reformas políticas: manteve-se a monarquia, mas sob a forma de um regime monárquico constitucional parlamen-

tarista, e negou-se a possibilidade do país reconstruir seu poderio militar. As forças de ocupação decidiram, portanto, “manter a ordem” preservando a classe dominante do país, se necessário usando até o próprio exército norte-americano para reprimir greves “desestabilizadoras”. Evitou-se assim uma ruptura maior com a antiga ordem social na sociedade japonesa. Desta forma, a introdução do sufrágio universal e das leis de reforma agrária foram mudanças que se comprovaram importantes, mas circunscritas a um contexto que não mudou substancialmente. Os expurgos afetaram indivíduos, principalmente militares, mas a burocracia, o sistema político e o setor empresarial permaneceram intactos, apesar da sua responsabilidade na implementação da guerra e das suas atrocidades. Foram exatamente estes setores que conduziram o desenvolvimento notável da economia japonesa no pós-guerra, quando, por exemplo, a população camponesa foi reduzida de 52,4% para 9%, entre 1947 e 1985 (Hobsbawn, 1995: 285).

Temos, então, um conjunto de reformas modernizadoras que resguardam a classe dominante quase na sua totalidade. A reforma agrária feita sob ocupação norte-americana, depois da Segunda Grande Guerra, é uma reforma em bases capitalistas, semelhante à reforma agrária da Coreia do Sul, realizada entre 1953 e 1956, depois da guerra da Coreia, igualmente pelos norte-americanos. Aliás, com a Guerra da Coreia (1950-53), o Japão teve a oportunidade de reconstruir sua economia nacional. Contando ainda com o apoio de acordos comerciais com as potências econômicas, a economia japonesa tornou-se, ela mesma, uma potência. Durante a Guerra Fria, a presença militar norte-americana aumentou nas suas 50 bases no Japão, e estimulou-se o anticomunismo como forma de contenção da China Popular e da URSS. O

Japão restabeleceu relações diplomáticas normais com a China somente após a aproximação sino-norte-americana, em 1972.

O rápido dismantelamento das restrições à mobilidade dos fatores, entre outras transformações radicais que se seguiram imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, ressalta o papel da intervenção do Estado na industrialização, fenômeno que ocorre tanto no Japão como em todo o Leste Asiático. Na verdade, hoje em dia, todas as economias desses países têm um *padrão de desenvolvimento comum*, que une uma estratégia de integração com a economia mundial, baseado no rápido crescimento e na eficiente alocação de recursos, ambos capitaneados pelo Estado.

Analisando esta experiência da região com relação à acumulação de capital no processo de industrialização acelerada, Akyüz, Chang e Kozul-Wright (1999) introduzem os conceitos de “nexo lucro-investimento” e “nexo exportação-investimento” para apontar a interdependência de elementos-chave no processo de desenvolvimento do Leste Asiático. A importância do “nexo lucro-investimento” deriva do fato de que toda melhoria das *condições de vida* ao longo do tempo somente pode ser conseguida por meio do aumento sustentado da produtividade, o que pressupõe aumento dos investimentos em plantas, equipamentos, infra-estrutura, educação, e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Para este aumento de produtividade, os autores vêm a liberalização doméstica acelerada e a total integração com a economia mundial como fatores importantes, que garantiram um ambiente macroeconômico pró-investimento, no qual se sacrifica o consumo mas não o investimento.

Além disso, os incentivos concedidos pelo Estado para encorajar os investimentos são considerados essenciais. Um leque de

incentivos fiscais é usado para suplementar os lucros das corporações e promover a acumulação de capital. O comércio e as políticas financeiras e de mercado também são usadas para criar rendimentos e aumentar os lucros corporativos. Entre estas estão: proteções, controles sobre juros e crédito, concorrência administrada, encorajamento de fusões, restrições a indústrias estrangeiras, aquisição de tecnologia, e promoção de cartéis com o objetivo de especialização, de exportação e de criação de *standards*. Assim, a poupança corporativa tem um importante papel no aumento da acumulação de capital. Mais ainda: para garantir os investimentos produtivos, restringiu-se o consumo de produtos de luxo e a fuga de capitais nos estágios iniciais do desenvolvimento. Esse conjunto de ações criou uma dinâmica econômica com “nexo lucro-investimento”.

Já o “nexo exportação-investimento” presente nessas economias direcionou toda essa quantidade de recursos acumulada de forma a promover estratégias de mercado orientadas *hacia afuera*, ou seja, com o objetivo de exportar. Com isso, puderam ser superados os constrangimentos do balanço de pagamentos em economias sem um significativo parque de bens industriais. Como os recursos das crescentes exportações eram encaminhados para o aumento da poupança doméstica, garantiu-se que a expansão da produção local se traduzisse em maiores investimentos de maneira sustentada, o que não ocorreu no caso latino-americano. Desta forma, houve um aumento continuado das exportações, da poupança doméstica e do investimento, em termos absolutos e com relação ao PIB. Vejamos o exemplo da Coreia: 3,3 de poupança; 10,0 de investimento; e 2,0 de exportações (todos como porcentagem do PIB) no período que vai de 1951 a 1960, e 34,7; 37,1; e 28,6 respectivamente, no período de

1991 a 1994 (AKYÜZ, CHANG E Kozul-Wright, 1999).

É preciso sublinhar, porém, que este desenvolvimento se construiu com base nas indústrias tradicionais com mão-de-obra barata e sem treinamento. Daí a importância desses países terem promovido o investimento ligado ao estabelecimento do capital doméstico e de indústrias de bens intermediários, buscando o *upgrade* tecnológico. Aqui, outra vez, a presença estatal é fundamental para a construção da capacidade tecnológica nacional, industrial e até empresarial, o que se conseguiu com políticas orientadas para a P&D local, incluindo subsídios financeiros, restrições e créditos. É preciso dizer também que a integração com a economia mundial deu-se de maneira progressiva, pois foi pensada estrategicamente, na medida das necessidades setoriais específicas. Esta integração estratégica não foi confinada ao comércio, mas incluiu também a transferência de tecnologia.

Mais ainda, atrás da administração bem sucedida dos rendimentos no Leste Asiático, está um processo profundo e amplo de construção de uma rede de instituições governamentais e privadas, consistente com a estratégia de desenvolvimento, que incluem uma administração pública meritocrática e ligações formais e informais com a classe empresarial. Desta forma, o processo de desenvolvimento resultou na organização e evolução de uma burguesia empresarial local e de grandes e diversificadas corporações (*keiretsus* no Japão e *chaebols* na Coreia). As ligações institucionais destas corporações com o setor financeiro permitiram a socialização dos riscos por meio dos empréstimos bancários.

O ambiente propício para investimentos muito se beneficiou também de uma distribuição de renda favorável e mais equitativa, conseguida em grande parte pelas reformas

agrárias. You (1999) afirma que a baixa desigualdade e os grandes lucros coexistem, no Leste Asiático, basicamente devido à inco- mum distribuição da riqueza igualitária. Neste particular, três fatores são destacados:

1. Em primeiro lugar, a excepcional distribuição igualitária inicial da riqueza resultante das reformas do pe- ríodo pós-guerra. A reforma agrária e a acelerada expansão do emprego no setor moderno da economia (in- dústrias de exportação intensivas no fator trabalho) são explicações plausí- veis para essas condições iniciais favoráveis;
2. Em segundo lugar a dinâmica keynesiana do processo de acu- mulação, na qual os lucros têm um papel crucial como fonte de poupan- ça e incentivo ao investimento; e
3. Por último, o fato de uma *alta desi- gualdade na distribuição funcional da renda* (entre capital e trabalho) an- dar, lado a lado, com uma *baixa desi- gualdade na distribuição pessoal da renda* (medida pelo Índice de Gini), fato este atribuído à distribuição inicial igualitária da riqueza e à pro- pensão a poupar dos domicílios de baixa renda.

Houve certamente, ao lado de uma estratégia de livre comércio buscando van- tagens comparativas para as exportações intensivas em trabalho, uma preocupação com o rápido crescimento do emprego assalariado e com o aumento dos salários. You defende que a expansão sustentada do emprego e da produtividade foi fundamental na manu- tenção do *modelo de crescimento com igualdade*, num processo que envolveu muito mais fatores do que o livre comércio. O *trade-*

off do modelo de crescimento com igualdade pode ser creditado, portanto, à reforma agrária e às medidas para assegurar que os lucros sejam poupados e reinvestidos. A acelerada acumulação de capital e a rápida expansão dos empregos possibilitaram um também rápido crescimento da renda, mais eqüitativamente distribuída do que em outras regiões.

Evans (1999) acrescenta que o “modelo amigável com o mercado” (*market-friendly*) (Banco Mundial), o “modelo da política indus- trial” (Johnson, 1992) e o “modelo de nexo lucro-investimento” (Akyüz, 1998), têm em comum um centro robusto de pré-requisitos institucionais envolvido, o que diz respeito a um aparato burocrático excepcionalmente capaz e relativamente independente para que estes modelos funcionem, além de laços dinâ- micos entre governo e o mundo dos negócios. Evans chama essa aparente contradição da combinação de ligações estreitas com o em- presariado com a independência requerida de “*embedded autonomy*” (algo como “auto- no- mia embutida”). Na verdade, para haver uma coerente ação pública, as políticas estatais requerem uma estrutura que tenha a capa- cidade de coordenar e que resolva questões de jurisdição, o que pode ser encontrado em torno de uma “agência piloto” que burile iniciativas de desenvolvimento, como é o caso do MITI no Japão e do Escritório de Planeja- mento Econômico na Coreia.

Acreditamos que estas estruturas orga- nizativas, permanentemente em construção, devem muito ao passado histórico e à organi- zação social nestes países. Não é possível entender o Estado, no Leste Asiático ou em qualquer parte, descolado da realidade social existente em cada Nação. Não se trata aqui de fazer a apologia de “valores asiáticos”, mas de compreender que a cultura social fa- voreceu o desenvolvimento da estrutura de

poder da forma como ele se deu, influenciando as organizações que surgiram nesse processo, além de determinar a criação do *sistema de oportunidades sociais*. Afinal, “cultura organizacional” das empresas tem a ver com cultura propriamente dita. Isto significa dizer que as burocracias são fruto de processos sociais que se diferenciam de nação para nação. O desenvolvimento também. O fato é que, para nós, as experiências do Leste Asiático merecem atenção pela capacidade que tiveram de implantar o *modo de desenvolvimento japonês-asiático*, com a dinamização do *capitalismo desenvolvimentista de Estado* na consecução de conquistas nacionais, tais como o *crescimento com igualdade social*. Isto deve ser considerado, para um desenvolvimento latino-americano, como opção histórica com mais justiça social, no caso de se considerar somente alternativas dentro do *modo de produção capitalista*.

Análise dos indicadores

Esta seção procura evidências estatísticas do *sistema de oportunidades sociais do Leste Asiático*, bem como características do seu *capitalismo desenvolvimentista de Estado*, comparado com o *modo de desenvolvimento anglo-americano*. Os dados oficiais divulgados pelas instituições internacionais revelam claramente as tendências divergentes dos *modos de desenvolvimento japonês-asiático e anglo-americano*, com a América Latina incluída neste último. Resumimos aqui as tendências básicas apontadas para o desenvolvimento econômico e social dos países selecionados pelos dados existentes na publicação *World Development Indicators*, do Banco Mundial. Já os gráficos apresentados a seguir foram feitos a partir de dados do *Economic Outlook 76 Database*, da OCDE.

Pelos números produzidos pelo Banco Mundial, a expectativa de vida era maior nos

EUA, mas foi ultrapassada pela existente no Japão. Estes países partem de 70 e 68 anos, em 1960, e chegam a 77 e 81 anos, respectivamente, em 2000. Tanto Coréia como a China, que largam de patamares inferiores aos latino-americanos (54 Coréia e 36 China), chegam ao ano 2000 com expectativa de vida igual ou superior à da América Latina. Como resultado, temos um destaque para a existência, nos EUA (12,3%) e, principalmente, no Japão (17,2%), de uma população considerável acima dos 65 anos, bem acima dos outros países, nos quais essa faixa etária não chega a 10%. A mortalidade infantil, por outro lado, sempre foi menor também nos EUA e no Japão, que atingem impressionantes 9 e 5 mortes por 1000 nascimentos em 2000, respectivamente. Já a China, que parte da altíssima taxa de 209 mortes por 1000 nascimentos, chega ao ano 2000 com uma taxa igual ao do Brasil (39). Com esses dois processos paralelos (menos mortalidade infantil e maior expectativa de vida), não é de se estranhar que a China, apesar das políticas de controle de natalidade (em especial a do filho único), tenha ainda assim um aumento demográfico imenso que quase dobrou sua população entre 1960 e 2000.

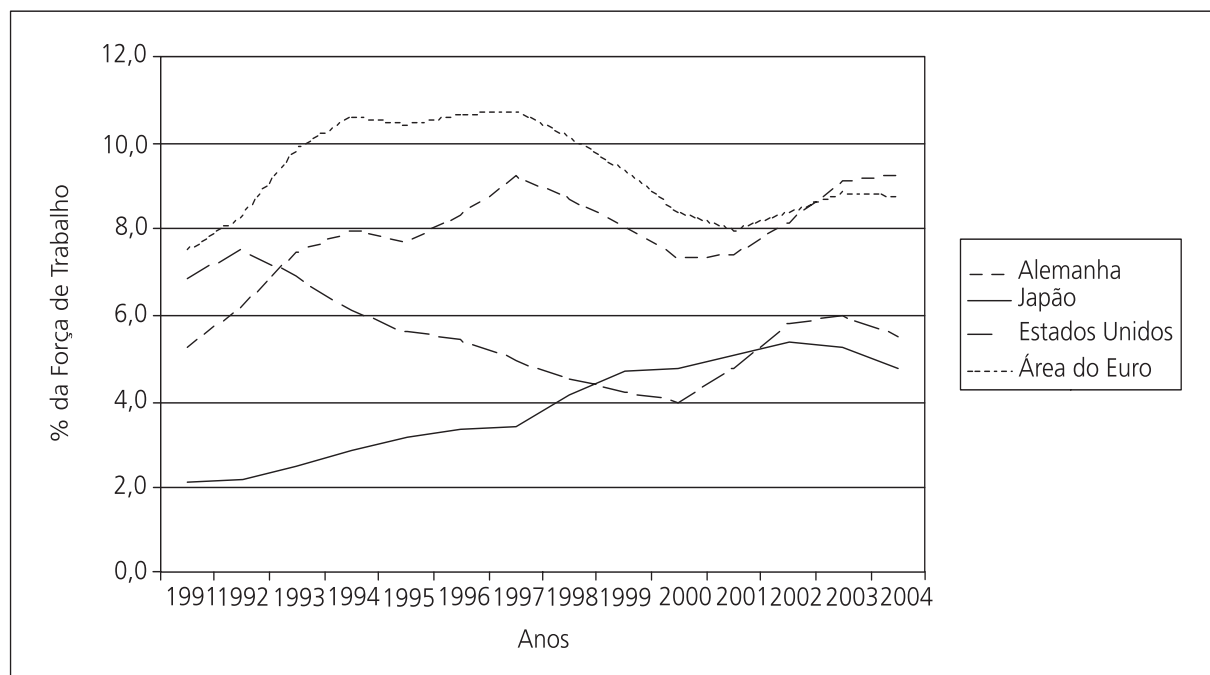
O desenvolvimento econômico também possibilitou aos países asiáticos diminuir a taxa de trabalho infantil, principalmente na China, onde esta passou de 43,17%, em 1960, para 7,86%, em 2000. Nos EUA, Coréia e Japão este problema pode ser considerado superado, enquanto que o Brasil apresenta agora a taxa mais alta entre os países da amostra (14,43%). No México (4,88%) e na Argentina (2,40%) o problema é menor, mas persiste.

Ainda sobre a força de trabalho, pode-se apontar uma outra questão como sendo mais problemática na América Latina que na Ásia: o desemprego. Apesar das taxas baixas do México (2,9%, em 2000) – onde talvez o

desemprego existente esteja sendo encoberto pelo trabalho precário – o Brasil (9,0%) e a Argentina (12,8%) apresentam taxas bem maiores do que as asiáticas (3,1%, 4,1% e 6,8%). Como podemos observar na Figura 1, entre as economias desenvolvidas, o Japão também apresenta menores taxas históricas de desemprego do que as economias dos EUA e da Europa, incluindo a Alemanha.

Na educação, é notório o maior investimento por estudante, como porcentagem do PIB *per capita*, existente na Coreia (17,38%, nos anos 1990) e no Japão (18,97%), em contraste com a América Latina (10,98% no Brasil e 8,98% na Argentina). Apesar da imensa legião de estudantes na China, esta taxa (6,47%) chega a ser maior que a do México (6,42%). Como resultado, temos que o analfabetismo adulto chinês que era de 48,74%, em 1960, entra no ano 2000 com níveis compatíveis com os do Brasil (em torno de 15%). Coreia e Argentina estão no patamar de 3%, enquanto que nos EUA e no Japão o problema desaparece.

Os investimentos em saúde como porcentagem do PIB são maiores nos EUA (12,89% em 1998) do que nos outros países (entre 5% e 8%). Este fato deve ser creditado ao alto investimento privado norte-americano em saúde, que chega a ser, em 1998, de US\$ 4.095 por pessoa (no gráfico acima vemos que a parte pública do gasto em saúde é bem maior no Japão e na Europa do que nos EUA). No Japão, os gastos em saúde por pessoa (US\$ 2.243) são bem maiores do que na China (US\$ 37), onde os gastos são diluídos na sua imensa população. O destaque fica para os investimentos decrescentes, como porcentagem do PIB, da Argentina, embora ainda sejam os mais altos da América Latina. Como resultado, temos muito mais leitos hospitalares *per capita* no Japão (16,20) do que nos outros países (inclusive os EUA, com 4,00), sendo que a China (2,34) tem mais do que o México (1,20), e a Coreia (4,60) mais do que o Brasil (3,11). Em saneamento básico e acesso a água potável os números favorecem a América Latina em relação à China. Nos EUA a cobertura é de 100% em ambos.(Figura 2)



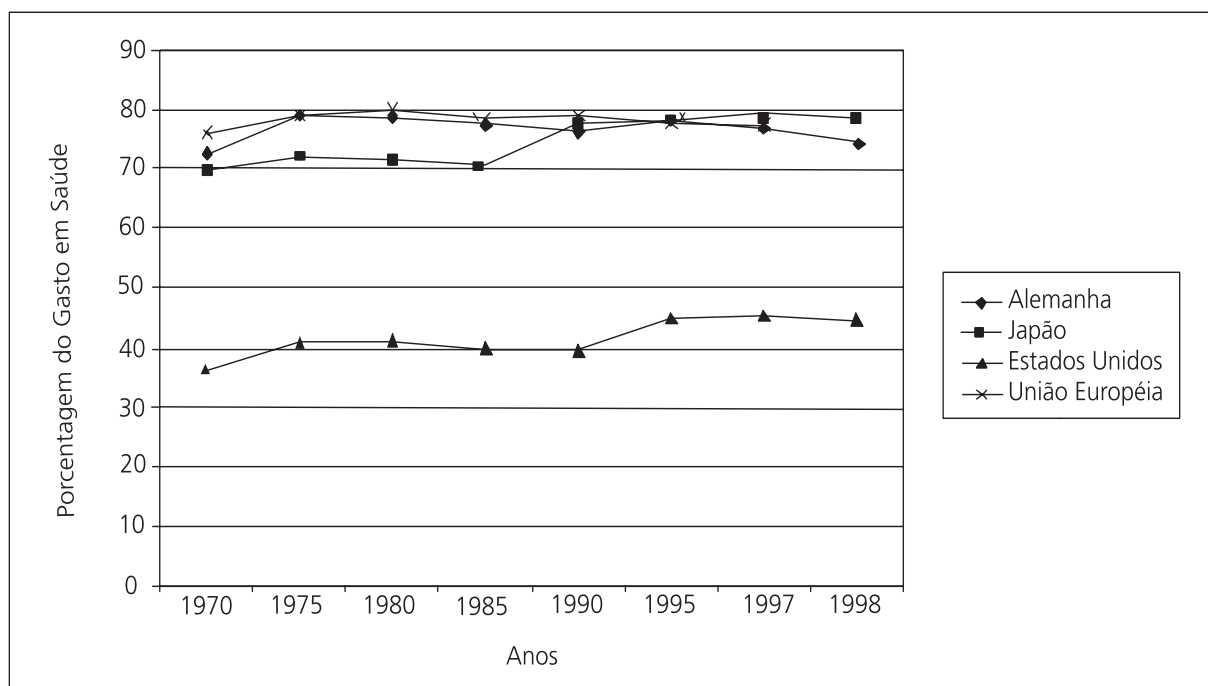


Figura 2. Gasto Público como Porcentagem do Gasto em Saúde, 1970-1998.

Os caminhos do desenvolvimento social no Leste Asiático e nos EUA são abertos pelo crescimento do PIB e do PIB *per capita*. Senão vejamos: em 1980, o PIB da China (US\$ 455 milhões) e da Coreia (US\$ 115 milhões) eram menores do que o PIB do Brasil (US\$ 491 milhões) e da Argentina (US\$ 194 milhões), e terminam por ser mais que o dobro, respectivamente, em 2000: a China com US\$ 5.019 milhões e a Coreia com US\$ 821 milhões, contra US\$ 1.299 milhões do Brasil e US\$ 458 milhões da Argentina. Ou seja, trata-se de um crescimento impressionante nestes países do Leste Asiático, que alcançaram o desenvolvimento do Japão, que já era grande. Este país chega, ao ano 2000, como terceira potência em termos de PIB PPP (US\$ 3.394 milhões), atrás da China, que teve um crescimento da sua economia em torno de 10% ao longo de 20 anos, e dos EUA (US\$ 9.612 milhões), que conservou o primeiro lugar. Os EUA também mantiveram a dianteira em termos de PIB *per capita*, seguidos pelo Japão e Coreia. O PIB *per capita* Argentino era o dobro do coreano,

em 1980, mas depois perde a corrida e, apesar de ser o mais alto da América Latina, representa, em 2000, menos da metade do PIB *per capita* japonês. A China, apesar do acelerado crescimento, ainda tem o menor PIB *per capita* entre os países da amostra, outra vez por causa da grande população.

Podemos verificar que a economia norte-americana tem possibilidades superiores mesmo em relação à Europa e ao Japão. A Figura 3 mostra os índices de crescimento do PIB real, onde vemos que os EUA têm um crescimento maior. Mesmo assim, de 1980 até a Crise Asiática de 1997, o Japão esteve à frente nas taxas de crescimento.

A Figura 4 nos permite observar a tendência histórica do PIB *per capita*, segundo a paridade de poder de compra (PPP). Outra vez os EUA seguem à frente.

O crescimento econômico dos EUA e do Leste Asiático é decorrente de um conjunto de fatores econômicos que se somam, alguns dos quais listamos a seguir:

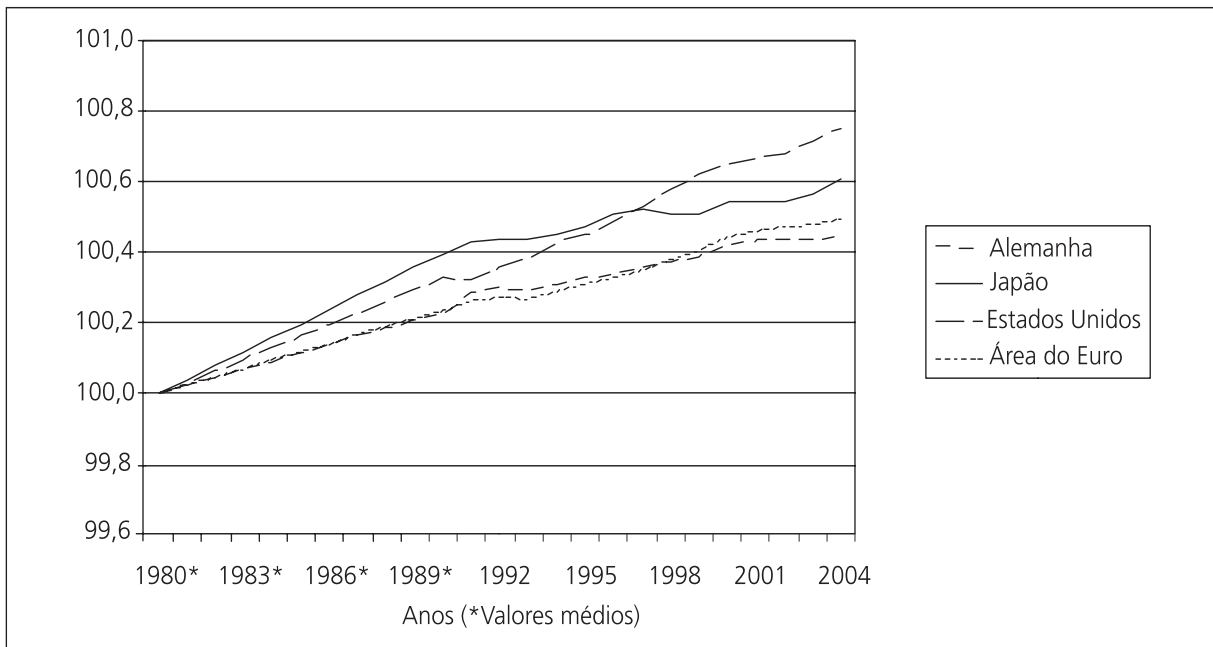


Figura 3. Índices do PIB Real.

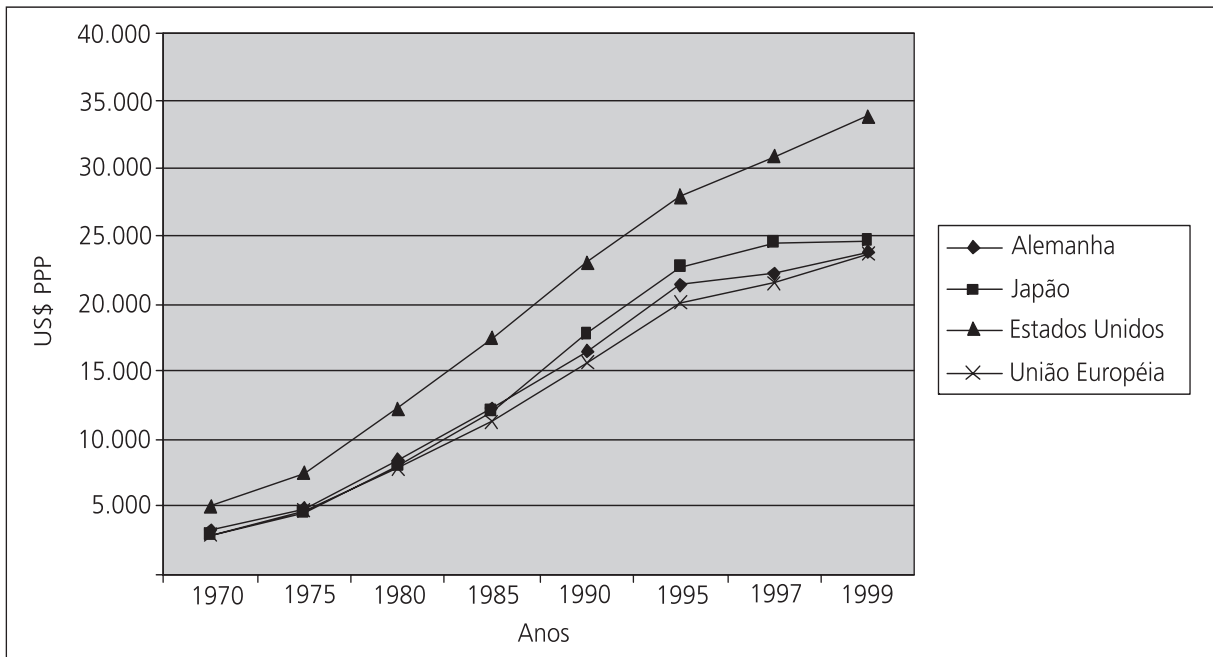


Figura 4. Tendências do PIB per Capita, 1980-1999 (PPP).

1) A formação bruta de capital fixo em relação ao PIB tem sido, ao longo do tempo, bem maior no Leste Asiático (36,1% da China; 26,2% do Japão; e 28,7% da Coreia, em 2000) do que na América Latina (20,3% do Brasil; 20,9% do México; e 15,9% da Argen-

tina) e nos EUA (20,2%). Porém, esta vantagem dos países asiáticos é em relação ao seu PIB nacional e não consegue superar o volume absoluto de formação real bruta de capital fixo total da economia norte-americana, cujas taxas de crescimento são

observadas na Figura 5, calculadas a partir de uma base de 100 em 1990;

2) A poupança doméstica bruta em relação ao PIB também tem sido, historicamente, consideravelmente maior na China (39,9% em 2000), Japão (27,6%) e Coréia (31,1%) do que no Brasil (19,2%), México (21,5%), Argentina (15,3%) e EUA (17,9%), o destaque fica para a Coréia que tinha apenas 2% em 1960;

3) Além disso, as exportações de bens e serviços em relação ao PIB são muito grandes na China (25,9% em 2000) e na Coréia (45,0%), números só alcançados pelo México pós-NAFTA (31,4%). No Brasil, Argentina, EUA e Japão esta taxa está em torno a 10%.

Apesar deste esforço exportador, o México se equipara ao Brasil e Argentina no balanço deficitário em conta corrente em relação ao PIB, fato que contrasta com os superávits do Leste Asiático. Este último indicador aponta o extremo endividamento

dos países latino-americanos, que vêm pagando o dobro ou o triplo de juros da dívida externa, em relação ao PIB, em comparação com a China e a Coréia. Já nos EUA este indicador equivale a 4,5% do PIB em 2000, o que representa um déficit muito grande em números absolutos, revelando o poder de compra desta potência no comércio internacional.

Na verdade, o problema latino-americano com sua dívida externa está longe de terminar. A dívida externa total tem crescido, na Argentina e no Brasil, até atingir 40,0% e 51,3% do PIB, em 2000, respectivamente, sendo que na China é de 13,9%. O decréscimo da dívida mexicana, ultimamente, fez com que se igualasse à proporção da Coréia, em torno de 29%. A boa administração da dívida no México também conseguiu que o serviço de sua dívida sobre as exportações decrescesse, até chegar a 30,2%, em 2000, o que indica, igualmente, o esforço exportador daquele país. Porém, no Brasil e na Argentina, esse esforço foi em vão, pois o serviço total da dívida em relação às exportações atingiu,

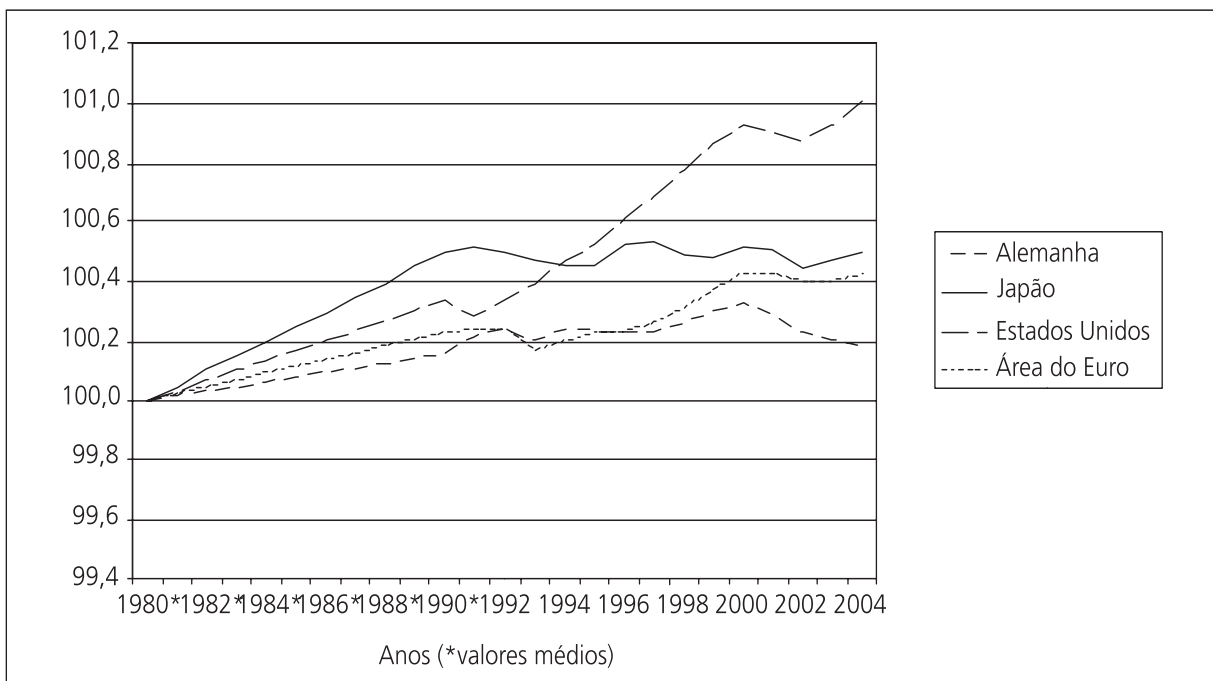


Figura 5. Índices da Formação Real Bruta de Capital Fixo Total.

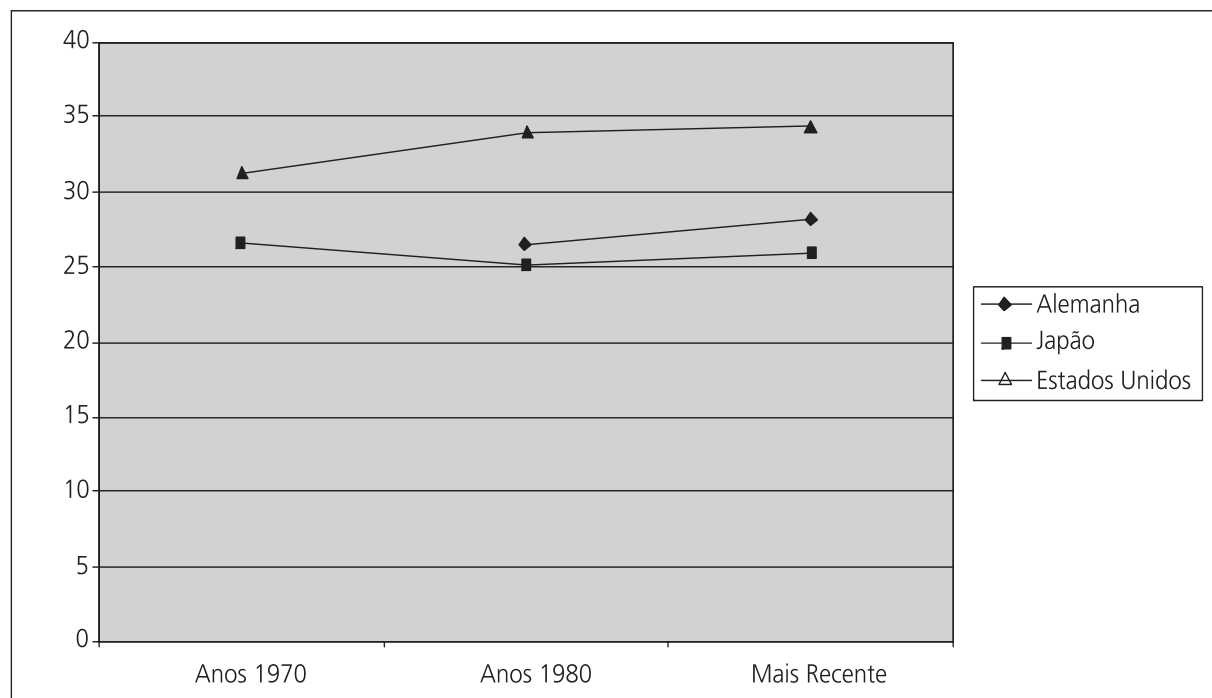
em 2000, incríveis 90,7% e 71,3%, respectivamente, sendo que na Coréia este indicador era de 10,9% e na China 7,4%. Japão e EUA não pontuam nesta classe de quesitos.

Por outro lado, o consumo de eletricidade *per capita*, indicador econômico que pode revelar o nível da atividade econômica, inclusive a atividade informal, bem como a posse de computadores pessoais, indicador de inclusão social em termos tecnológicos, é bem menor na América Latina do que nos EUA, Japão e Coréia, embora seja maior do que na China (sabemos estes indicadores são distorcidos pela imensa população chinesa). Já quanto aos gastos em Tecnologia da Informação (TI) e comunicações, em relação ao PIB, o México (3,2%) e a Argentina (4,1%) ficaram atrás da China (5,4%) e Coréia (6,6%), em 2000. O Brasil (8,4%) está à frente até dos EUA (8,1%) e Japão (8,3%), revelando o seu engajamento nos processos de globalização, preocupação constante dos últimos governos brasileiros. Porém, em termos abso-

lutos, a diferença dos recursos brasileiros em comparação com os japoneses e norte-americanos pode ser deduzida pelo tamanho do PIB de cada país.

Quanto à proporção de exportações de manufaturados sobre o total de exportações, podemos verificar que este número é bem maior na China (88%, em 2000), na Coréia (91%) e no Japão (94%), do que no Brasil (59%) e na Argentina (32%). O México e os EUA, ambos com 83%, perdem para a China. Entendemos então a lógica exportadora da economia do Leste Asiático. Por outro lado, em termos de investimento direto externo (IDE) bruto, em relação ao PIB, compreendemos que Brasil, Estados Unidos, Argentina e China, nessa ordem, estão recebendo grande quantidade de recursos, fato que, pelo grande PIB chinês e, principalmente, norte-americano, representa um imenso volume de investimentos nesses países.

Nas Figuras 6 e 7 demonstram que a sociedade japonesa é mais igualitária com



relação às sociedades euro-péias (representadas aqui pela Alemanha) e norte-americana. No primeiro gráfico temos a evolução do coeficiente de Gini, que indica o grau de desigualdade entre os estratos de renda. Quanto mais se aproxima do 0 (zero) a sociedade tem uma melhor distribuição de renda. O Japão se aproxima, historicamente, do índice de 0,25. Verificamos também que há uma diferença crescente entre Japão e EUA, próxima dos dez pontos.

No Brasil, a média histórica do coeficiente de Gini é de 0,60, muito acima da média destes países desenvolvidos, o que revela a nossa extrema desigualdade social. No gráfico abaixo, é possível perceber a diferença de distribuição de renda segundo os estratos sociais (quintis, representando cada um 20% da população). Estes dados revelam que os estratos mais pobres do Brasil recebem menores parcelas de renda do que os estratos mais pobres dos EUA e do Japão,

enquanto que os 20% mais ricos recebem muito mais, proporcionalmente, no Brasil do que nos outros países. O inverso ocorre no Japão. Assim, os EUA têm uma sociedade mais igualitária que a brasileira e menos igualitária que a japonesa.

Na Figura 8, observamos que, tanto na incidência de trabalhos com baixos salários quanto na dispersão dos rendimentos, o Japão se mostra uma sociedade com mais equidade social – decil número 9, mais rico, sobre o decil número um, mais pobre, produz uma relação de 15 vezes no Japão, enquanto que nos EUA é de aproximadamente 25 vezes.

Podemos encontrar as razões desta maior equidade na própria economia japonesa: além de haver maior investimento em educação e saúde do que na América Latina, não há problemas como o da dívida externa latino-americana. Ocorre também um grande crescimento do PIB e do PIB *per capita*,

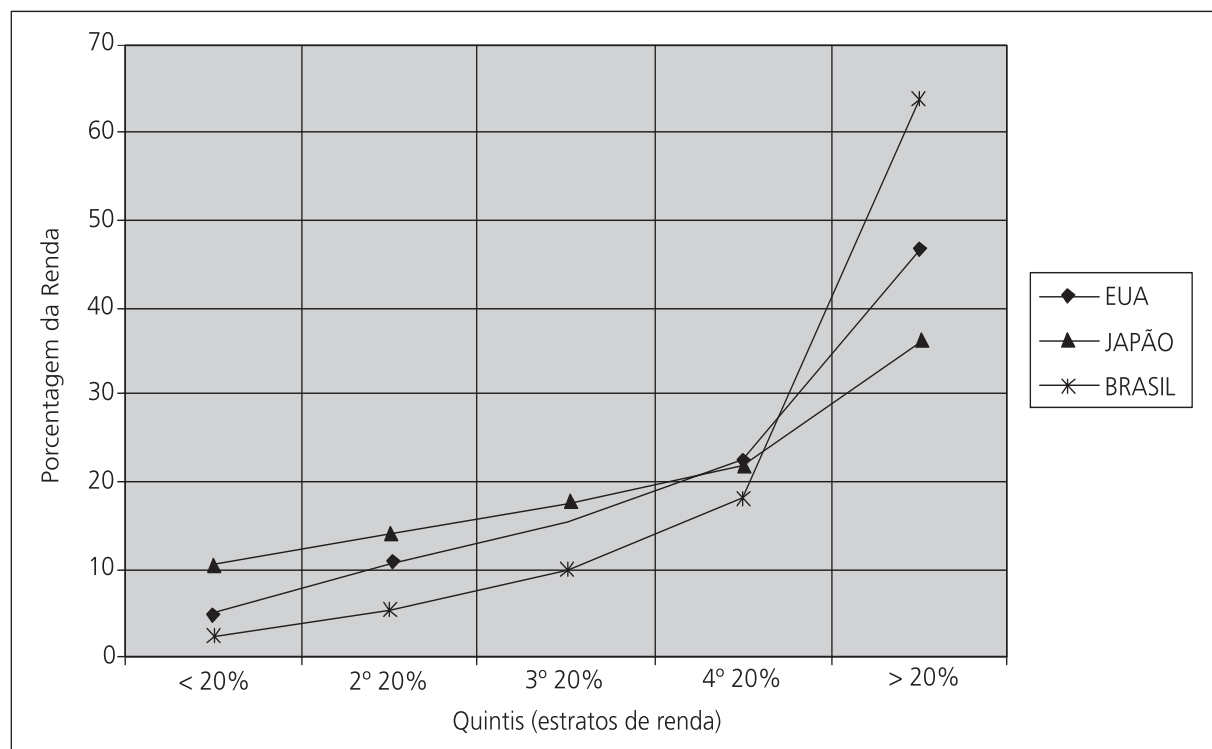


Figura 7. Distribuição de Renda, anos 1990.

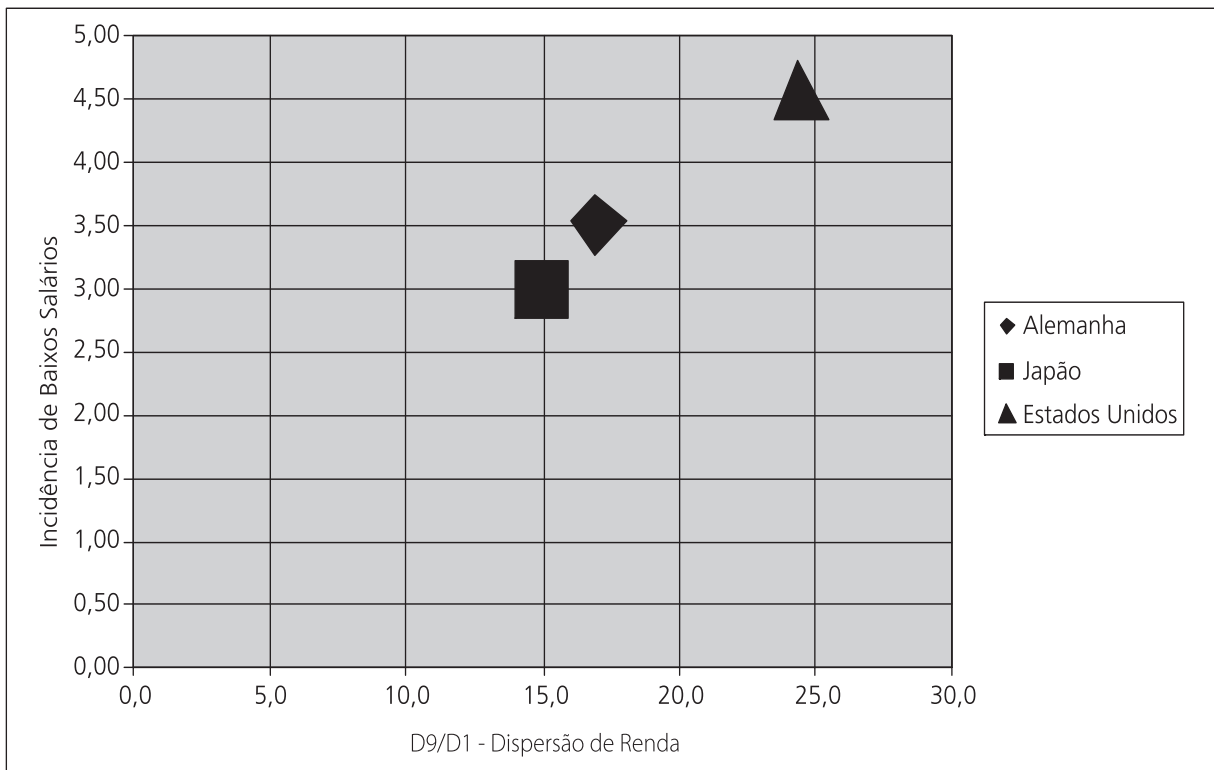
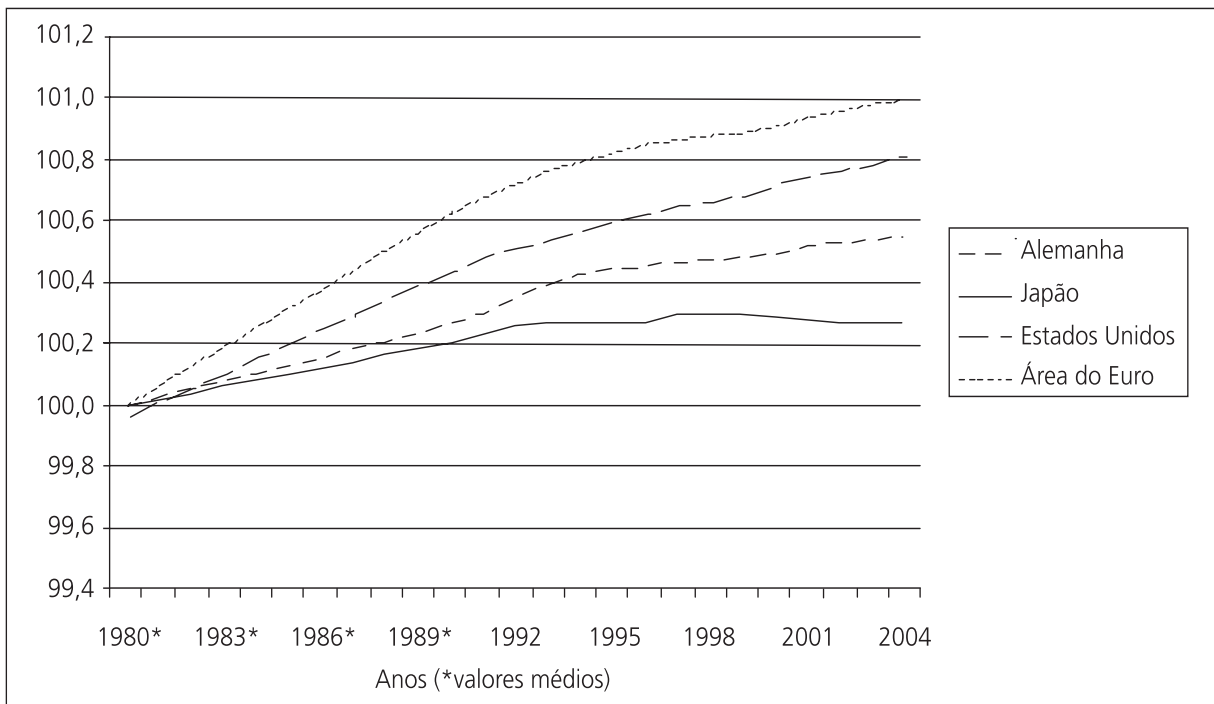


Figura 8. Incidência de Baixos Salários e Dispersão de Renda, 1995-2000.



S. HIRANO & L. ESTENSSORO

24 **Figura 9.** Índices de Preços ao Consumidor.

comparativamente com as outras economias da amostra, em função das maiores taxas históricas de crescimento da formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, de poupança doméstica bruta em relação ao PIB, e de exportações de bens e serviços em relação ao PIB. Além disso, há menores taxas históricas de desemprego e, conforme observamos nas Figuras 9 e 10, menores taxas de inflação e maior produtividade do trabalho do que nos países europeus e nos EUA. Destacamos, novamente, a importância do crescimento sustentado da produtividade para o sucesso do *regime de acumulação japonês-asiático*, e igualmente para o crescimento econômico excepcional existente no *socialismo de mercado chinês*.

Temos, então, uma economia em expansão no Leste Asiático, puxada pelo alto desenvolvimento japonês e pelo acelerado

crescimento chinês, e que se destaca claramente nos seus indicadores sociais e conjunturais ao longo do tempo, na sua comparação com o *modo de desenvolvimento anglo-americano*. Isto resulta num maior *desenvolvimento humano e social* naquela região. Apesar dos EUA terem um desenvolvimento econômico ainda maior, este se caracteriza por ser menos igualitário, pois as potencialidades de promover o desenvolvimento humano naquele país são superiores, embora sejam subutilizadas. Há, portanto, um melhor aproveitamento das possibilidades econômicas nos países do Leste Asiático: a boa *performance* econômica combina-se com a melhor utilização dos recursos, para promoverem, conjuntamente, uma *arquitetura social* mais democrática, no sentido de uma maior *democracia econômica*, isto é, maior *igualdade social*, como observamos na Figura 11.

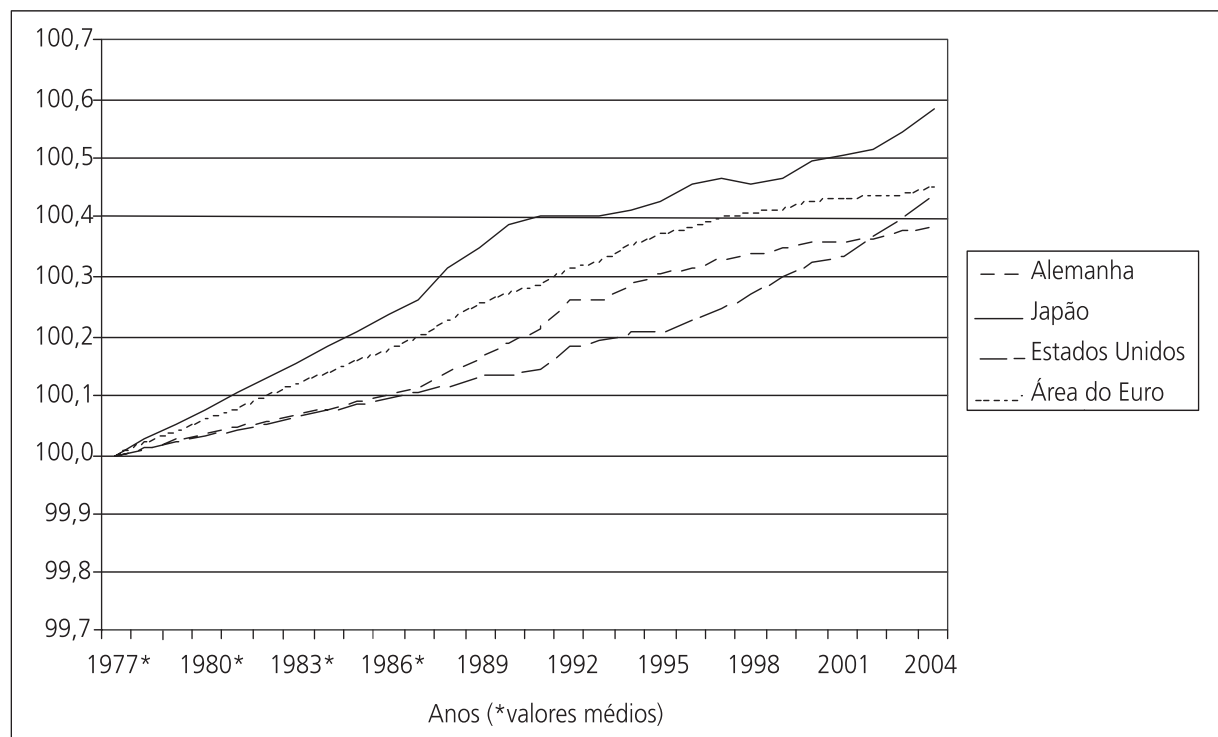


Figura 10. Índices de Produtividade do Trabalho no Setor Privado.

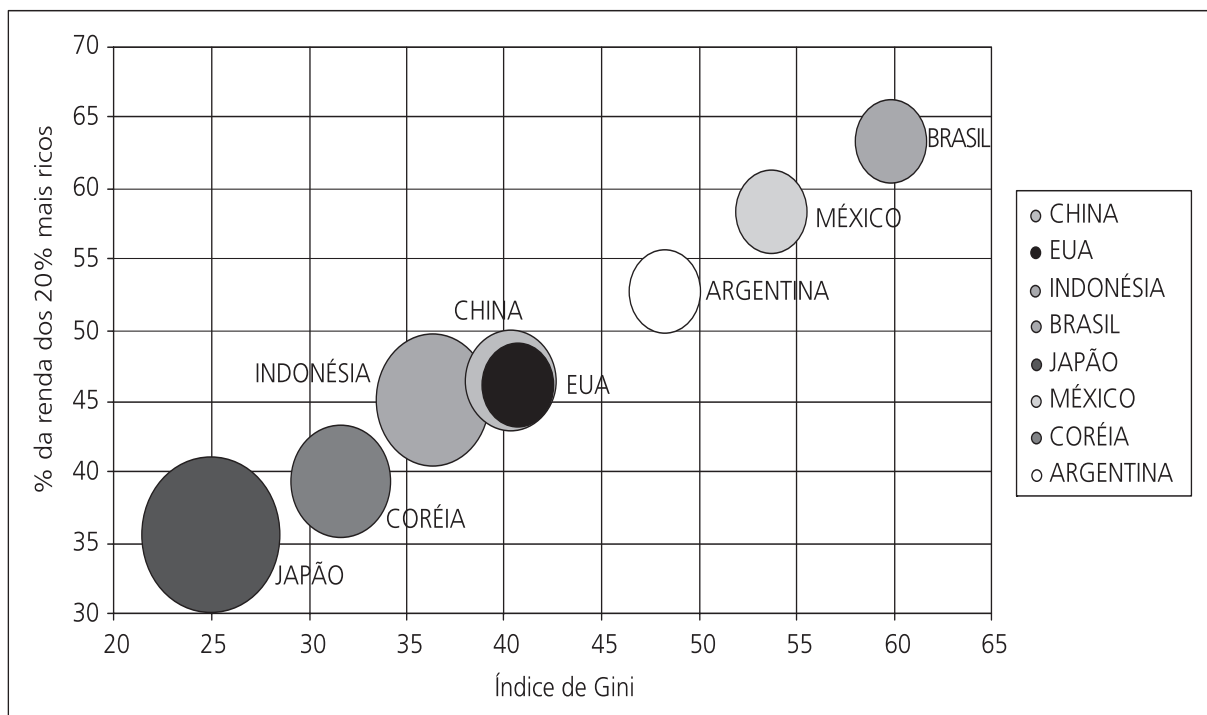


Figura 11. Desigualdade nos anos 1990: Índice de Gini, 20% mais ricos e 10% mais pobres (tamanho da bolha).

Conclusão

O conjunto dos fatores aqui arrolados demonstra o sucesso das economias do Leste Asiático e do *modo de desenvolvimento japonês-asiático* em relação ao *modo de desenvolvimento anglo-americano*, e em relação ao *padrão de desenvolvimento dependente latino-americano*. Estas conquistas são certamente conquistas políticas, na medida em que representam decisões e opções tomadas ao longo do processo de desenvolvimento de maneira suficientemente coerente, constituindo-se em uma reformulação das relações e estruturas da dependência de maneira a favorecer as condições e necessidades das sociedades do Leste Asiático. Assim, um conjunto de reformas radicais, feitas num momento crucial da história destas nações, esteve acompanhado e monitorado ao longo do tempo por políticas implementadas por instituições organizativas da sociedade e da economia, que revelam uma

boa dose de *vontade política* bem aproveitada em relação aos objetivos do desenvolvimento sócio-econômico coletivo, do *modelo de crescimento com igualdade*.

Mais ainda, apesar de enfrentarem os mesmos constrangimentos da economia internacional e do capitalismo globalizado, Japão, China e Coréia registram aspectos sócio-econômicos que revelam acertos não somente de políticas econômicas e de políticas públicas (*modelos de crescimento nacionais*), mas de um *padrão de acumulação e de inserção internacional* que evidencia dinâmicas e sinergias econômicas mais adequadas e capazes de progredir e beneficiar as sociedades em questão, ou seja, o *modo de desenvolvimento japonês-asiático* aparece de maneira generalizada como mais igualitário e mais pujante que os eventuais e pontuais acertos existentes no *padrão de desenvolvimento dependente* das economias latino-americanas. Comparado com o desenvolvimento dos Esta-

dos Unidos, ainda assim ele se apresenta mais igualitário. Dito de outra forma, o *capitalismo desenvolvimentista de Estado do Leste Asiático* apresentou uma estrutura de poder e uma configuração de classes sociais dominantes que, com suficiente *vontade política*, direcionou as economias destas nações de modo a consolidar melhorias nas *condições de vida* daquelas sociedades.

Concluindo, podemos dizer que, de um modo geral, os indicadores econômicos favorecem a análise positiva do desenvolvimento do Leste Asiático e o seu *sistema de oportunidades sociais e econômicas*. Estas condições evidenciam que aquela região econômica é socialmente mais igualitária do que a região contida dentro do *modo de desenvolvimento anglo-americano*. Em outras palavras, é possível compreender o *regime de acumulação* e o *padrão de inserção das economias* do Leste Asiático como um *modelo de crescimento com igualdade* (com menos desigualdade social) que se constitui em uma alternativa melhor, com relação à justiça social e ao bem estar da população – sempre *dentro* do modo de produção capitalista –, do que o *regime de acumulação dependente latino-americano* e até mesmo do *modo de desenvolvimento concentrador anglo-americano*.

Referências

AKYÜZ, Yılmaz; CHANG, Ha-Joon; KOZUL-WRIGHT, Richard. New perspectives on East Asian development. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 6, Aug. 1999, p. 4-36.

AKYÜZ, Yılmaz. East Asian development: new perspectives. *Journal of Development Studies*, 1998.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BANCO MUNDIAL. *World development indicators on CD-ROM*. Washington: Banco Mundial, 2002.

BID. *Facing up to inequality in Latin America*. Washington: BID, 1998.

CEPAL. *Panorama social da América Latina*. Santiago: CEPAL, 2004.

EVANS, Peter. Transferable Lessons? Re-examining the Institutional Prerequisites of East Asian Economic Policies. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 6, Aug. 1999, p. 66-86.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

HIRANO, Sedi; ESTENSSORO, Luis. A América Latina e os Países Asiáticos: um paralelo sobre os modos de desenvolvimento capitalista. In: SANTOS, Theotônio dos (Coord.). *Globalização: dimensões e alternativas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2004. p.196-242. v.2. (Série Hegemonia e Contra-Hegemonia).

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

JOHNSON, Chalmers. *Japan: who governs? The rise of the developmental state*. New York: Norton, 1995.

JOHNSON, Chalmers. *MITI and the Japanese Miracle*. [S.l.]: Stanford University, 1992.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes*. São Paulo: IEA/USP, jul 1997. (Coleção Documentos).

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. *Pobrezas e desigualdades no 3º mundo*. São Paulo: Nobel, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TSURU, Shigeto. *Japan's capitalism: creative defeat and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

VADNEY, T. E. *The world since 1945*. London: Penguin Books, 1992.

YOU, Jong-Il. Income Distribution and Groth in East Asia. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 6, Aug. 1999, p. 37-65.

